



ATO NORMATIVO **da Secretaria Municipal** **da Educação**

Resolução SME 05/2014 de 04 de abril de 2014

Dispõe sobre Projetos de Enriquecimento Curricular e de Escola de Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino de Limeira.

José Claudinei Lombardi, Secretário Municipal da Educação, no exercício de suas competências, delegadas pelo Decreto nº. 13, de 14 de janeiro de 1998 e suas respectivas alterações, em especial a alínea j do artigo 11, e

Considerando que a proposta da escola deve priorizar a redução da desigualdade entre os diferentes segmentos sociais existentes e a promoção da equidade, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados;

Considerando que a proposta pedagógica da escola, deve explicitar o reconhecimento da identidade dos alunos, dos professores e de outros profissionais, conforme disposto nos artigos 12 a 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394/96;

Considerando que o currículo das escolas deve garantir o ensino e a aprendizagem dos conteúdos, com ênfase na formação integral dos estudantes;

Considerando que a escola utilizará conteúdos diversificados com o objetivo de enriquecer e complementar a base comum nacional conforme disposto nos artigos 26 e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal nº 9394/96;

Considerando que a escola deve trabalhar em clima de cooperação entre as equipes gestora e docente favorecendo a adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das estratégias educacionais para o uso do espaço físico, do horário, de sua organização e cumprimento do calendário escolar;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº. 04, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº. 07, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, especialmente os artigos 36 e 37, que tratam da educação em escola de tempo integral;

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº. 461/2009 e suas alterações;

Considerando a necessidade do desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras;

Visando normatizar os procedimentos relativos à articulação entre o Currículo das Escolas Públicas Municipais de Limeira e as atividades pedagógicas dos Projetos de Enriquecimento Curricular e da Escola de Tempo Integral.

Resolve:

Artigo 1º - Ficam as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Limeira autorizadas a desenvolver Projetos de Enriquecimento Curricular e/ou de Escola de Tempo Integral, articulados ao currículo, que visem o seu enriquecimento, em consonância com o interesse de suas comunidades.

Artigo 2º - Entende-se por Enriquecimento Curricular, os projetos oferecidos no período oposto ao das aulas regulares com carga horária mínima equivalente a 2 h/a e máxima a 8 h/a semanais para cada agrupamento de alunos.

Parágrafo Único - Deverá ser respeitado o intervalo mínimo de trinta minutos entre a aula regular e o Enriquecimento Curricular.

Artigo 3º - Entende-se por Escola de Tempo Integral os projetos oferecidos com jornada escolar organizada em, no mínimo, 7 horas diárias para cada agrupamento de alunos, em todos os dias letivos.

Artigo 4º - O Projeto de Enriquecimento Curricular e/ou de Escola de Tempo Integral será elaborado com a participação efetiva de toda a comunidade escolar, da Associação de Pais e Mestres e do Conselho de Escola, visando à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem e gradativo aumento da carga horária dos alunos.

Artigo 5º - As atividades e/ou aulas dos projetos a que se refere o Artigo 1º desta Resolução terão caráter complementar levando em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso aos bens culturais, e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos.

Parágrafo Único - As atividades supracitadas deverão estar articuladas a uma ou mais áreas e/ou componentes de ensino previstos no Currículo

das Escolas Públicas Municipais de Limeira, garantindo a diversidade de aprendizagens e estratégias de ensino.

Artigo 6º - A escola deverá elaborar o Projeto de Enriquecimento Curricular e/ou de Escola de Tempo Integral, contendo:

I - Para cada Projeto:

- Identificação do Projeto;
- Justificativa;
- Objetivos gerais;
- Grade Curricular;
- Público alvo;
- Critério para agrupamentos de alunos;
- Quadro de horário das atividades e turmas;

II - Para cada atividade e/ou disciplina:

- Título da atividade;
- Componente curricular ou área vinculada;
- Objetivos específicos;
- Conteúdos de cada atividade ou disciplina;
- Metodologia;
- Recursos didático-pedagógicos;
- Local das atividades/aulas;
- Avaliação.

Parágrafo Único - Os projetos deverão ser submetidos à apreciação técnica da Diretoria Pedagógica da SME e à homologação do Secretário Municipal da Educação de Limeira.

Artigo 7º - As aulas e/ou atividades dos Projetos de Enriquecimento Curricular e/ou de Escola de Tempo Integral deverão seguir o que dispõe a Resolução de Avaliação vigente, inclusive no que orienta sobre a frequência dos alunos e seus registros no Diário de Classe, Histórico Escolar e Atas de Conselho de Ciclo e/ou Conselho de Educação Infantil.

Artigo 8º - Em cada projeto, os participantes serão agrupados, independente do ano de escolaridade, dando prioridade ao atendimento das similaridades de interesses, ao baixo desempenho acadêmico, à faixa etária e/ou às necessidades pedagógicas diagnosticadas que não se enquadram ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

§1º - Cada agrupamento será formado com número mínimo de 15 e máximo de 20 alunos.

§2º - A carga horária das atividades e/ou aulas para cada agrupamento se dará na seguinte conformidade:

- Projeto de Enriquecimento Curricular: mínimo de 2h/a e máximo de 8h/a semanais, não excedendo 3h/a diárias.
- Escola de Tempo Integral: mínimo de 7 horas diárias, incluindo o período regular de aulas, em todos os dias letivos.

Artigo 9º - As aulas e/ou atividades dos Projetos de Enriquecimento Curricular e/ou de Escola de Tempo Integral serão atribuídas a título de Carga Suplementar de Trabalho Docente, para os professores efetivos da Secretaria Municipal de Educação de Limeira que apresentarem comprovante da especialidade, se for o caso e, a título de Carga Horária de Função Docente, para professores contratados que apresentarem comprovante da especialidade, se for o caso, conforme legislação pertinente.

Artigo 10º - Constatada inadequação ou irregularidades de qualquer natureza no desenvolvimento dos projetos, a escola e/ou a Secretaria Municipal da Educação adotarão as seguintes medidas:

- redirecionamento do projeto;
- supressão do projeto;
- dispensa do professor contratado.

§ 1º - Para a adoção da medida I, o professor das aulas e/ou atividades, juntamente com a coordenação pedagógica da Unidade Escolar, dependendo do caso, elaborará um novo projeto que deverá ser aprovado pela direção da escola;

§ 2º - Para a adoção das medidas II e III a equipe gestora, o Conselho de Escola, a coordenação pedagógica da Unidade Escolar e os técnicos da Diretoria Pedagógica da SME apresentarão relatório circunstanciado.

Artigo 11º - Caso, durante o ano letivo, haja diminuição na quantidade inicial de alunos, a Secretaria Municipal da Educação, através da Diretoria Pedagógica, poderá adotar as medidas constantes no artigo 10.

Artigo 12º - Casos não previstos por esta Resolução deverão ser submetidos à análise da Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação.

Artigo 13º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução 7/2010, de 11 de maio de 2010.

Secretaria Municipal da Educação, aos 4 dias do mês de abril de 2014.
José Claudinei Lombardi - Secretário Municipal da Educação



ATO NORMATIVO **da Secretaria Municipal** **da Educação**

Resolução SME 06/2014 de 04 de abril de 2014

Dispõe sobre a Recuperação da Aprendizagem, de maneira Contínua e/ou Paralela no ensino fundamental da Rede Municipal.

José Claudinei Lombardi, Secretário Municipal da Educação, NO EXERCÍCIO de suas competências atribuídas e delegadas pelo Decreto nº. 13 de 14/01/98 e suas respectivas alterações, em especial a alínea J do artigo 11;

Considerando o disposto na Lei Federal 9394/96, em seus Artigos 24, inciso V, alínea "e", 12, inciso V e 13, inciso IV; a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 13/07/2010, a Deliberação CME nº 04, de 09/12/09 e o Regimento Escolar;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº. 07, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, especialmente o artigo 37, que trata a necessidade do desenvolvimento de atividades de reforço e aprofundamento da aprendizagem em escola de tempo integral;

Considerando que compete à escola garantir ao aluno o conhecimento para que este se desenvolva em suas aprendizagens;

Considerando que os processos de recuperação devem resultar da identificação das necessidades dos alunos e da análise reflexiva das práticas pedagógicas, que caracterizam a avaliação contínua;

Considerando a Resolução de Avaliação dos Estudantes no Sistema Municipal de Ensino vigente;

Considerando que os estudos de recuperação se caracterizam por atividades específicas para a superação das dificuldades e para a consolidação de aprendizagens efetivas para todos os alunos;

Considerando a necessidade de regulamentação, implementação e avaliação dos processos de Recuperação Contínua e Paralela, que atendam às demandas nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Resolve:

Artigo 1º - A Recuperação da Aprendizagem dar-se-á na seguinte conformidade:

- de maneira contínua, no decorrer das aulas regulares;
- de maneira paralela, ao longo do ano letivo e em horário diverso ao das aulas regulares.

Artigo 2º - A Recuperação Contínua caracteriza-se por intervenções imediatas às dificuldades específicas dos alunos. Compete ao professor da classe regular realizar atividades diversificadas e intervenções diferenciadas para sanar as dificuldades identificadas.

Artigo 3º - A Recuperação Paralela caracteriza-se por procedimentos destinados ao atendimento dos alunos com dificuldades e/ou defasagens de aprendizagem, que não foram sanadas na recuperação contínua.

§ 1º - A Recuperação Paralela de que trata o caput deste artigo destina-se aos alunos dos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

§ 2º - A indicação do aluno para a Recuperação Paralela ou sua dispensa após atingidos os objetivos propostos, se dará a qualquer tempo durante o ano letivo.

Artigo 4º - As escolas municipais de ensino fundamental deverão identificar os alunos com dificuldades de aprendizagem dos conteúdos nas diversas disciplinas e/ou áreas do conhecimento e oferecer a Recuperação Contínua e Paralela, conforme o previsto em Regimento Escolar, Plano Gestor e/ou Projeto Político Pedagógico vigente, Deliberação CME nº 4/2009 e o determinado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

§ 1º - Os estudos de Recuperação Paralela serão oferecidos ao longo de todo ano letivo;

§ 2º - As atividades de Recuperação Paralela não excluem aquelas desenvolvidas pelo professor nas classes regulares, como Recuperação Contínua;

§ 3º - As atividades de Recuperação Paralela deverão ser objeto de planejamento da escola, coordenadas pelo Diretor e assessores pelo Professor Coordenador, com acompanhamento da Diretoria Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação.

§ 4º - Nas escolas que desenvolvem Projeto de Escola de Tempo Integral, as atividades de Recuperação Paralela deverão ser contempladas nas aulas que compõem o referido Projeto.

Artigo 5º - Compete à escola, através do docente da classe regular e do Professor Coordenador, identificar os alunos em defasagem no processo de aprendizagem dos conteúdos, para formação de turmas de Recuperação Paralela a partir de dados das avaliações elaboradas pela própria Unidade Escolar, tendo como referência a Resolução de Avaliação vigente.

Artigo 6º - As atividades de Recuperação Paralela serão desenvolvidas de 2 a 3 horas-aula diárias para cada turma.

§ 1º - A carga horária deverá ser definida pela equipe escolar, mediante

aprovação da Direção da Escola, a partir das dificuldades identificadas, não ultrapassando 12 horas-aula semanais;

§ 2º - As aulas referidas no "caput" deste artigo deverão ocorrer em horário diverso daquele das aulas regulares dos alunos.

Artigo 7º - Os alunos com deficiências e que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem dos conteúdos serão atendidos prioritariamente nas salas de recursos.

Artigo 8º - Compete à Direção da Escola e à Coordenação Pedagógica da U.E.:

I - elaborar o projeto de Recuperação Paralela contendo:

- a) As disciplinas contempladas;
- b) Número de alunos por turma e disciplina;
- c) Agrupamentos dos alunos nas diferentes turmas e disciplinas;
- d) Período com número de horas-aula previsto;
- e) Local das aulas;

§ 1º - Para cumprimento do disposto neste artigo, as escolas poderão agrupar alunos das diferentes classes, sendo o mínimo de 10 e o máximo de 15 alunos;

§ 2º - Somente em casos excepcionais, e com parecer favorável da Secretaria Municipal da Educação, através da Diretoria Pedagógica, poderão ser constituídas turmas com número inferior a 10 alunos.

II - organizar e viabilizar a implantação dos estudos de Recuperação Paralela;

III - acompanhar a execução, fornecendo orientação e subsídios técnicos aos professores das turmas de Recuperação Paralela;

IV - redirecionar as ações, considerando as indicações do professor da turma de Recuperação Paralela, quando se fizer necessário;

V - garantir a integração entre o docente da classe regular e o professor responsável pela recuperação, nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivos (HTPCs) estabelecendo um vínculo de compromisso de ambos com o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno;

VI - supervisionar, acompanhar e avaliar a elaboração do Plano de Ação do professor de Recuperação Paralela;

VII - supervisionar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Ação do professor de Recuperação Paralela;

VIII - informar aos pais ou responsáveis as dificuldades dos alunos, bem como a necessidade de recuperação, esclarecendo a comunidade escolar e a família sobre a importância do apoio, da participação nas decisões da escola e da obrigatoriedade da presença do aluno nas turmas de recuperação, se indicado;

IX - enviar o projeto de Recuperação, contendo o Plano de Ação elaborado pelo professor da Recuperação Paralela à Secretaria Municipal da Educação, nos cuidados da Divisão de Ensino entre o 7º e o 15º dia de sua implantação;

X - providenciar espaço físico adequado para desenvolvimento das atividades de Recuperação Paralela;

XI - disponibilizar materiais e ambientes que favoreçam o desenvolvimento das atividades de recuperação;

XII - monitorar o desempenho dos alunos e cuidar para que as atividades de recuperação assegurem a aprendizagem e, sempre que necessário, juntamente com o professor da turma de recuperação, reformular o projeto quando este se mostrar inadequado. O monitoramento será supervisionado pela Divisão de Ensino e pela Divisão de Supervisão;

XIII - dar ciência escrita aos pais e/ou responsáveis de que se encaminharam ao Conselho Tutelar os casos de ausência por 2 (duas) semanas consecutivas ou 10 (dez) horas-aula interpoladas, bem como os de oposição da família à participação do aluno nos estudos de Recuperação Paralela. Arquivar cópia do expediente protocolado no Conselho Tutelar em pasta própria na Unidade Escolar;

XIV - manter arquivadas na Unidade Escolar as avaliações mensais e periódicas dos alunos da recuperação paralela para apreciação da Diretoria Pedagógica, quando solicitadas;

XV - deferir a indicação da dispensa do aluno dos estudos de Recuperação Paralela, quando for o caso, mediante a análise dos documentos e relatórios.

Artigo 9º - Caberá ao docente responsável pelas aulas de Recuperação Paralela:

I - apresentar um Plano de Ação para a Recuperação Paralela de cada aluno, em cada disciplina, com base nas avaliações diagnósticas realizadas por ele e nas indicações do professor da sala regular, contendo: dificuldades e/ou defasagens de aprendizagem, objetivos, conteúdos a serem desenvolvidos, metodologia, recursos e avaliação;

II - desenvolver atividades significativas e diversificadas, de orientação, acompanhamento e avaliação da aprendizagem, garantindo ao aluno a superação de suas dificuldades;

III - avaliar continuamente, de acordo com a Resolução de Avaliação vigente;

IV - registrar o desempenho dos alunos, os resultados obtidos e a frequência, durante o processo, em diário de classe, com indicação dos progressos observados e/ou das dificuldades ainda existentes, de acordo com o que dispõe a Resolução de Avaliação vigente;

V - propor intervenções e atividades pedagógicas aos alunos cujas dificuldades persistam;

VI - dispensar da Recuperação Paralela o aluno que atingiu os objetivos mediante encaminhamento de relatório, individual e circunstanciado, ao professor coordenador e ao diretor de escola;

VII - participar das capacitações promovidas pela Secretaria Municipal da Educação e dos HTPCs;

VIII - Ao final do projeto de Recuperação Paralela, ou quando o aluno atingir os objetivos, elaborar relatório individual e circunstanciado, bem como síntese dos resultados alcançados com cada turma, os quais deverão ser encaminhados à coordenação pedagógica e direção da Unidade Escolar;

IX - apontar, discutir e justificar as não conformidades no desenvolvimento dos processos de recuperação ao Conselho de Ciclo e/ou à direção e à coordenação pedagógica da escola.

§ 1º - caberá ao professor coordenador acompanhar e subsidiar a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação dos referidos Planos de Ação;

§ 2º - o resultado obtido pelo aluno nas atividades de Recuperação Paralela também será considerado pelo professor da classe regular em seu juízo de valor, nos procedimentos de avaliação, de acordo com a Resolução de Avaliação vigente;

Artigo 10º - Caberá ao Conselho de Ciclo da Escola registrar nas atas de reuniões ordinárias previstas no calendário escolar e/ou de reuniões extraordinárias realizadas especificamente para esse fim, as decisões e encaminhamentos relacionados à Recuperação Paralela.

Artigo 11º - Compete à Secretaria Municipal da Educação, por meio da Diretoria Pedagógica:

I - orientar e acompanhar as escolas municipais de ensino fundamental, na elaboração e implementação dos projetos de Recuperação, Continuação e/ou Paralela, da Aprendizagem e Planos de Ação;

II - capacitar as equipes escolares e os professores das aulas de Recuperação Paralela;

III - acompanhar e avaliar a execução das atividades de recuperação, propondo as medidas do parágrafo 1º do artigo 15.

Artigo 12º - As turmas de Recuperação Paralela serão atribuídas ao professor com magistério, Normal Superior ou licenciatura em Pedagogia, preferencialmente com experiência na docência de, no mínimo, um ano, devendo a atribuição ser lavrada em livro próprio.

Parágrafo Único - Os docentes que assumirem classes de Recuperação Paralela cumprirão a carga horária referente ao número de horas-aula das turmas a ele atribuídas, podendo atingir a carga horária máxima de 30 h/a semanais.

Artigo 13º - Os projetos de Recuperação Paralela e os Planos de Ação serão acompanhados e avaliados pelo Professor Coordenador, pela Direção da Escola e pela Secretaria Municipal da Educação, por meio da Diretoria Pedagógica.

Artigo 14º - Constatada inadequação ou irregularidades de qualquer natureza no desenvolvimento dos projetos, a escola e/ou a Secretaria Municipal da Educação adotará as seguintes medidas:

I - redirecionamento do projeto;

II - supressão do projeto;

III - dispensa do professor contratado.

§ 1º - Para a adoção da medida I, o professor da turma de Recuperação Paralela, juntamente com o professor coordenador, elaborará um novo projeto que deverá ser aprovado pelo diretor da escola;

§ 2º - Para a adoção das medidas II e III a equipe gestora, o Conselho de Escola, o professor coordenador, e os técnicos da Diretoria Pedagógica da SME apresentarão relatório circunstanciado.

Artigo 15º - Caso, durante o ano letivo, haja diminuição na quantidade inicial de alunos, a Secretaria Municipal da Educação, através da Diretoria Pedagógica, poderá adotar as medidas constantes no artigo 16.

Artigo 16º - A escola deverá manter registros atualizados dos alunos encaminhados para estudos de Recuperação Paralela, a fim de possibilitar à equipe escolar e à Secretaria Municipal da Educação, por meio da Diretoria Pedagógica, condições de efetivo acompanhamento do desempenho escolar de cada aluno.

Artigo 17º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução SME nº 02/2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos 04 dias de abril do ano de 2014.

José Claudinei Lombardi - Secretário Municipal da Educação

GRATUITO

VIA SACRA

até 20 de abril de 2014

Parque Cidade de Limeira

Text: Daniel Martins | Design: Julio Borgo

Alunos e professores da EMCEA

Informações:
Tel. 19 3495-1350

Município de Limeira

Limeira
Cidade para todos